

## **LEI ORDINÁRIA Nº 2015**

*de 30 de março de 2021*

**Dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social (CACS), do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), em conformidade com o artigo 212-A da Constituição Federal e regulamentado na forma da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.**

*A Prefeita do Município de Jardim, Estado de Mato Grosso do Sul, em cumprimento aos ditames da Lei Orgânica Municipal, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:*

### ***Art. 1º.***

*Fica criado, nos termos dispostos nesta Lei, o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social (CACS) do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação no Município (FUNDEB) nos termos do Art. 212 da Constituição Federal e regulamentado pela Lei Federal nº 14.113/2020.*

### ***Art. 2º.***

*O CACS, com organização e funcionamento independentes, mas em harmonia com o Poder Executivo Municipal de Jardim/MS, tem por finalidade acompanhar receitas do FUNDEB e outras especificadas nesta Lei e controlar suas aplicações.*

**Art. 3º.**

*A fiscalização e o controle do cumprimento do disposto no art. 212-A da Constituição Federal e nesta Lei, especialmente em relação à aplicação da totalidade dos recursos do FUNDEB, serão exercidos pelo CACS.*

**Art. 4º.**

*Compete especificamente ao CACS, sem prejuízo do disposto no Art. 33 da Lei Federal nº 14.113/2020:*

**I.**

*elaborar parecer sobre as prestações de contas, conforme previsto no parágrafo único do art. 31 da Lei Federal nº 14.113, de 2020;*

**II.**

*supervisionar o censo escolar anual e a elaboração da proposta orçamentária anual, com o objetivo de assegurar o regular e tempestivo tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alicerçam a operacionalização do FUNDEB;*

**III.**

*acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos (PEJA);*

**IV.**

*acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta dos programas nacionais do governo federal em andamento no Município;*

**V.**

*receber e analisar as prestações de contas referentes aos programas referidos nos incisos III e IV deste artigo, formulando pareceres conclusivos acerca da aplicação desses recursos e encaminhando-os ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação- FNDE;*

**VI.**

*examinar os registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais e atualizados relativos aos recursos repassados à conta do FUNDEB;*

**VII.** *atualizar o regimento interno, observado o disposto nesta lei.*

**Art. 5°.**

*O CACS deverá elaborar e apresentar ao Poder Executivo parecer referente à prestação de contas dos recursos do FUNDEB.*

**1°**

*O parecer deve ser apresentado em até 30 (trinta) dias antes do vencimento do prazo de apresentação da prestação de contas pelo Poder Executivo junto ao Tribunal de Contas.*

**2°**

*A análise da aplicação dos recursos descritos nos incisos III e IV do Art. 3 o deverá respeitar os respectivos prazos definidos em legislação específica ou termos dos convênios celebrados pelo Poder Executivo Municipal.*

**Art. 6°.**

*O CACS poderá, sempre que julgar conveniente:*

**I.**

*apresentar, ao Poder Legislativo e aos órgãos de controle interno e externo, manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerenciais do Fundo, dando ampla transparência ao documento em sítio da internet;*

**II.**

*convocar, por decisão da maioria de seus membros, o Dirigente da Educação Pública Municipal ou servidor equivalente para prestar esclarecimentos acerca do fluxo de recursos e da execução das despesas do Fundo, devendo a autoridade convocada apresentar-se em prazo não superior a 30 (trinta) dias;*

**III.**

*requisitar ao Poder Executivo cópia de documentos, com prazo para fornecimento não superior a 20 (vinte) dias, referentes a:*

**a).**

*licitação, empenho, liquidação e pagamento de obras e de serviços custeados com recursos do Fundo;*

**b).**

*folhas de pagamento dos profissionais da educação, com a discriminação dos servidores em efetivo exercício na Rede Municipal de Ensino e a indicação do respectivo nível, modalidade ou tipo de estabelecimento a que se encontrarem vinculados;*

**c).**

*convênios/parcerias com as instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos;*

**d).**

*outras informações necessárias ao desempenho de suas funções;*

**IV.**

*realizar visitas para verificar, in loco, entre outras questões pertinentes:*

**a).**

*o desenvolvimento regular de obras e serviços realizados pelas instituições escolares com recursos do FUNDEB;*

**b).**

*a adequação do serviço de transporte escolar;*

**c).**

*a utilização, em benefício da Rede Municipal de Ensino, de bens adquiridos com recursos do FUNDEB para esse fim.*

**Art. 7º.**

*O CACS será constituído por:*

**I.**

*membros titulares, na seguinte conformidade:*

**a).**

*2 (dois) representantes do Poder Executivo, sendo pelo menos 1 (um) deles da Secretaria Municipal de Educação;*

**b).**

1 (um) representante dos professores da educação básica pública que atuam na Rede Municipal de Ensino;

**c).**

1 (um) representante dos diretores das escolas públicas da Rede Municipal de Ensino;

**d).**

1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas da Rede Municipal de Ensino;

**e).**

2 (dois) representantes dos pais ou responsáveis de estudantes da Rede Municipal de Ensino;

**f).**

2 (dois) representantes dos estudantes da Rede Municipal de Ensino;

**g).**

1 (um) representante do Conselho Municipal de Educação (CME);

**h).**

1 (um) representante do Conselho Tutelar, previsto na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente indicado por seus pares;

**i).**

2 (dois) representantes de organizações da sociedade civil;

## **II.**

*membros suplentes: para cada membro titular, será nomeado um suplente, representante da mesma categoria ou segmento social com assento no Conselho, que substituirá o titular em seus impedimentos temporários, provisórios e em seus afastamentos definitivos, ocorridos antes do fim do mandato.*

### **Parágrafo único. .**

*Na hipótese de inexistência de estudantes emancipados, a representação estudantil poderá acompanhar as reuniões do conselho, com direito a voz.*

## **Art. 8º.**

*Para fins da representação disposta na alínea "i", do inciso I do artigo anterior, as organizações da sociedade civil deverão atender as seguintes condições:*

### **I.**

*ser pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014;*

### **II.**

*desenvolver atividades direcionadas ao Município;*

### **III.**

*estar em funcionamento há, no mínimo, 1 (um) ano da data de publicação do edital de escolha dos representantes;*

### **IV.**

*desenvolver atividades relacionadas à educação ou ao controle social dos gastos públicos;*

**V.**

*não figurar como beneficiária de recursos fiscalizados pelo CACS ou como contratada pelo Poder Executivo Municipal ou seus órgãos, a título oneroso.*

**Art. 9º.**

*Ficam impedidos de integrar o CACS:*

**I.**

*o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Secretários Municipais, bem como seus cônjuges e parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;*

**II.**

*o tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou ao controle interno dos recursos do Fundo, bem como cônjuges, parentes consanguíneos ou afins desses profissionais, até o terceiro grau;*

**III.**

*estudantes que não sejam emancipados;*

**IV.**

*responsáveis por alunos ou representantes da sociedade civil que:*

**a).**

*responsáveis por alunos ou representantes da sociedade civil que:*

**b).**

*prestem serviços terceirizados no âmbito do Poder Executivo.*

## **Art. 10.**

*Os membros do CACS, observados os impedimentos previstos no artigo 9º o desta Lei, serão indicados na seguinte conformidade:*

### **I.**

*pelo Prefeito, quando se tratar de representantes do Poder Executivo;*

### **II.**

*pelo conjunto dos estabelecimentos ou entidades de âmbito municipal, quando se tratar dos representantes dos diretores, pais de alunos e estudantes, conforme o caso, em processo eletivo organizado para esse fim, pelos respectivos pares;*

### **III.**

*pelas entidades sindicais da respectiva categoria, quando se tratar dos representantes de professores e servidores administrativos;*

### **IV.**

*pela Secretaria Municipal de Educação, por meio de processo eletivo amplamente divulgado e observadas as condições previstas nos § 1º e 2º do artigo 6º desta Lei, quando se tratar de organizações da sociedade civil e, se necessário, do segmento de estudantes e seus responsáveis.*

### **Parágrafo único. .**

*As indicações dos Conselheiros ocorrerão com antecedência de, no mínimo, 20 (vinte) dias do término do mandato dos conselheiros já designados.*

## **Art. 11.**

*Compete ao Poder Executivo designar, por meio de ato legal específico, os integrantes dos CACS, em conformidade com as indicações referidas no artigo 7º desta Lei.*

## **Art. 12.**

*O Presidente e o Vice-Presidente do CACS serão eleitos por seus pares em reunião do colegiado, nos termos previstos no seu regimento interno.*

## **Parágrafo único. .**

*Ficam impedidos de ocupar as funções de Presidente e de Vice-Presidente qualquer representante do Poder Executivo no colegiado.*

## **Art. 13.**

*A atuação dos membros do CACS:*

### **I.**

*não será remunerada;*

**II.** *será considerada atividade de relevante interesse social;*

### **III.**

*assegura isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades e sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações;*

### **IV.**

*será considerada dia de efetivo exercício dos representantes de professores, diretores e servidores das escolas públicas em atividade no Conselho;*

## **V.**

*veda, no caso dos conselheiros representantes de professores, diretores ou servidores das escolas públicas, no curso do mandato:*

### **a).**

*a exoneração de ofício, demissão do cargo ou emprego sem justa causa ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atuam;*

### **b).**

*o afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado;*

## **VI.**

*veda, no caso dos conselheiros representantes dos estudantes em atividade no Conselho, no curso do mandato, a atribuição de falta injustificada nas atividades escolares, sendo-lhes assegurados os direitos pedagógicos.*

### **Art. 14.**

*O mandato dos conselheiros no CACS terá duração de quatro anos sendo vedada a recondução.*

### **1º**

*Excepcionalmente, o primeiro mandato dos Conselheiros do CACS, nomeados nos termos desta Lei terá início em até 31 de dezembro de 2021.*

**2º**

*Caberá aos atuais membros do CACS exercer as funções acompanhamento e de controle previstas na legislação até a assunção dos novos membros do colegiado nomeados nos termos desta Lei.*

**Art. 15.**

*As reuniões do CACS serão realizadas, ordinariamente, a cada trimestre ou em caráter extraordinário por convocação do Presidente e nos termos definidos no Regimento Interno.*

**1º**

*As reuniões serão realizadas em primeira convocação, com a maioria simples dos membros do CACS ou, em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após, com os membros presentes.*

**2º**

*As deliberações serão aprovadas pela maioria dos membros presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade nos casos em que o julgamento depender de desempate.*

**Art. 16.**

*Deverá o Poder Executivo Municipal manter permanentemente, em sítio na internet, informações atualizadas sobre a composição e o funcionamento do CACS, contendo ainda as seguintes informações:*

**I.**

*dos nomes dos Conselheiros e das entidades ou segmentos que representam;*

**II.**

*do correio eletrônico ou outro canal de contato direto com o Conselho;*

**III.**

*das atas de reuniões;*

**IV. dos relatórios e pareceres;**

**V.**

*outros documentos produzidos pelo Conselho.*

**Art. 17.**

*Caberá ao Poder Executivo Municipal, com vistas à execução plena das competências do CACS, assegurar:*

**I.**

*infraestrutura, condições materiais e equipamentos adequados e local para realização das reuniões;*

**II.**

*profissional de apoio para secretariar, em especial, as reuniões do colegiado.*

**Art. 18.**

*O regimento interno do CACS deverá ser atualizado e aprovado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias após a posse dos Conselheiros.*

**Art. 19.**

*Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Lei nº 1295 de 01 de Março de 2007.*

*Jardim-MS, 30 de março de 2021.*

*Lei Ordinária N<sup>o</sup> 2015/2021 - 30 de março de 2021*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*